



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150583 - MT (2021/0226158-6)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : IVANEIZ JOSE DE MESQUITA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAMON HONDA SILVA - MT023916  
KASSIO ARGOLO DE ABREU - MT027398  
**RECORRIDO** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IVANEIZ JOSE DE MESQUITA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO (HC n. 0028185-14.2021.8.19.0000).

Infere-se dos autos que o recorrente foi sentenciado "ao cumprimento de 09 anos, 04 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado [...] por tráfico interestadual de drogas [art. 33, caput, c/c art. 40, V, da Lei n. 11.343/2006]", sendo negado o direito de recorrer em liberdade "orientando-se na grande quantidade de cocaína apreendida em poder do paciente [63,121kg]" (fl. 380).

Sustenta, em síntese, que o (fl. 403):

*paciente está suportando constrangimento ilegal decorrente da:*

*(a) visível ausência de fundamentação concreta quanto a possibilidade de aguardar seu Recurso (Apelação) em Liberdade, conforme a regra do Art. 387, do CPP e Art. 59, da Lei de Tóxicos c. c Art. 93, IX, da CF;*

*(b) Ausência de deliberação devidamente fundamentada quanto a eventual possibilidade de substituir sua prisão processual por outra medida cautelar prevista no Art. 319, do CPP; (c) constrangimento ilegal decorrente do não reconhecimento (incidência) desfundamentada da causa de diminuição de pena prevista no §4º, do Art. 33, da Lei 11.343/06;*

*(d) direito em recorrer em liberdade negado em argumentos genéricos e contrário ao entendimento dos Superiores Tribunais, STJ e STJ;*

*(e) negou o direito de substituir a coação cautelar em prisão domiciliar prevista no Art. 319, II do CPP e Recomendação nº 62, do CNJ, em argumentos inidôneos.*

Agrega, ainda, alegações quanto à equivocada dosimetria da pena, em razão de *bis in idem*, dada a utilização da quantidade de droga, tanto na primeira como na terceira fases da sistemática apuradora.

Traz argumentos quanto a ser pai de filho deficiente que necessita de sua assistência e quanto à pandemia de covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que responda o processo em liberdade, com a fixação de medida cautelar diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência